

ARSENAL DE MARINHA DO RIO DE JANEIRO/RJ

Estudo Técnico Preliminar 46/2026

1. Informações Básicas

Número do processo:

2. Descrição da necessidade

2.1. O Arsenal de Marinha do Rio de Janeiro (AMRJ) é uma Organização Militar Prestadora de Serviços Industriais que atende as necessidades de reparo e construção de meios navais de toda a Marinha do Brasil (MB). Para manter a sua atividade-fim, o AMRJ necessita dispor de materiais, equipamentos e insumos necessários para a ativação de elementos de bateria do Submarino Tupi. A aquisição em tela fornece parte do conjunto de materiais utilizados pela Gerência de Submarinos, responsável pelo procedimento de ativação dos elementos de baterias dos Submarinos da Marinha do Brasil, para manter sua operacionalidade.

2.2. A presente contratação se faz como insumo indispensável a permitir a ativação de 130 (cento e trinta) elementos de bateria do Submarino Tupi.

2.3. A presente contratação se faz como insumo indispensável a permitir a ativação de novos elementos, em substituição aos defeituosos, de modo a garantir que a embarcação possa continuar navegando.

3. Área requisitante

Área Requisitante	Responsável
Gerência de Submarinos (AMRJ-G2)	José Alex Rocha

4. Descrição dos Requisitos da Contratação

4.1. O presente objeto trata da aquisição de material comum a ser utilizado na Gerência de Submarinos (AMRJ-G2). O processo licitatório busca adquirir eletrólitos ($H_2SO_4 + H_2O$) para serviço de ativação de baterias do Submarino Tupi.

4.1.1. O objeto em tela é enquadrado como bem comum, pois seus critérios de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos.

4.2. Requisitos técnicos mínimos:

4.2.1. A inspeção para recebimento de materiais e equipamentos será realizada no local de produção dos Eletrólitos, visando garantir que a amostra coletada pertencerá ao lote disponibilizado.

4.2.2. Os eletrólitos recebidos devem estar em conformidade com os requisitos especificados na norma IEC 62877-1:2023.

4.2.3. O quadro abaixo define os valores máximos de impureza:

Item	Características de impureza	Especificação (mg /L max)
1	Paládio (Pd), Platina (Pt), Rênio (Re)	0,05
2	Cobre (Cu)	0,5

3	Arsênio (As), Antimônio (Sb), Bismuto (Bi), Estanho (Sn), Selênio (Se), Telúrio (Te), Cádmio (Cd), Mercúrio (Hg)	
	– cada um individualmente	1,0
	– total (todos juntos)	2,0
4	Manganês (Mn), Cromo (Cr), Titânio (Ti), Níquel (Ni) - cada um individualmente	0,2
5	Ferro (Fe)	30
6	Cobalto (Co), Zinco (Zn)	
	– cada um individualmente	1,0
	– total (todos juntos)	2,0
7	Halogênios calculados como cloreto	5
8	Nitrogênio na forma de nitrato	10
9	Nitrogênio em outras formas, por exemplo, como amônia	50
10	Ácidos orgânicos voláteis calculados como ácido acético	20
11	Substâncias orgânicas oxidáveis calculadas como consumo de KMnO_4	30
12	Resíduo seco após aquecimento	250

4.2.4. Quando necessário e justificável, o Contratante poderá enviar um inspetor devidamente qualificado, para testemunhar os métodos de ensaio requeridos pelas Normas Brasileiras e/ou Internacionais. Neste caso, o fornecedor ou fabricante deverá ser avisado com antecedência da data em que a inspeção será feita.

4.2.5. Para o recebimento dos materiais e equipamentos, a inspeção deverá seguir a descrição constante da nota fiscal ou guia de remessa, pedido de compra e respectivas especificações de materiais e serviços. A inspeção visual para recebimento dos materiais e equipamentos constituir-se-á, basicamente, no atendimento às observações quanto à verificação da marcação existente conforme solicitada na especificação de materiais;

4.2.6. Os materiais ou equipamentos que não atenderem às condições exigidas serão rejeitados.

4.2.7. Os materiais sujeitos à oxidação e outros danos provocados pela ação do tempo deverão ser acondicionados em local seco e coberto. Deverão ser tomados cuidados especiais quando os materiais forem empilhados, de modo a verificar se o material localizado em camadas inferiores suportará o peso nele apoiado.

4.3. Requisitos temporais:

4.3.1. O prazo de entrega dos bens, em remessa única, será de até 20 (vinte) dias úteis, contados do(a) recebimento da Nota de Empenho, no seguinte endereço: AMRJ Praça Barão de Ladário, s/nº - Ilha das Cobras - Centro CEP 20091-000 - Rio de Janeiro/RJ.

4.4. Requisitos legais e normativos:

4.4.1. Normas para licitações e contratos da Administração Pública, lei nº 14.133/2021;

4.4.2. Instrução Normativa 05, de 25 de maio de 2017, a Secretaria de Gestão do Ministério só Planejamento, Desenvolvimento e Gestão;

4.4.3. Norma IEC 62877-1:2023 - Electrolyte and water for vented lead acid accumulators – Part 1: Requirements for Electrolyte.

4.4.4. Engenalmarinst 20-16B - Eletrólito para baterias 31 DD 16 dos Submarinos das classes Tupi e Tikuna

4.5. Requisitos de Segurança:

4.5.1. Considerando que as informações não colocam em risco a segurança do Estado, não será necessário classificação das informações conforme Lei nº 12.527/2011; e

4.6. Requisitos de sustentabilidade:

4.6.1. A contratada deverá observar critérios de sustentabilidade ambiental, nos termos da Lei nº 14.133/2021 e do Guia Nacional de Licitações Sustentáveis (GNLS) da Advocacia-Geral da União (AGU), incluindo:

4.6.1.1. Certificado de Regularidade do Cadastro Técnico Federal de Atividades Potencialmente Poluidoras e Utilizadoras de Recursos Ambientais (CTF /APP), conforme Instrução Normativa IBAMA nº 13/2021, quando aplicável à atividade exercida, ou apresentação de declaração de isenção;

4.6.1.1.1. Se fabricante dos produtos ofertados: Código 15 – 1 → Produção de substâncias e fabricação de produtos químicos correspondente ao item 1.

4.6.1.1.2. Se distribuidor ou importador dos produtos ofertados, a futura contratada está isenta de apresentar o CTF e o respectivo Certificado de Regularidade, dado que exercício das atividades não se enquadrarem em nenhuma do Anexo I da Instrução Normativa nº 06/2013, que traz a Tabela de Atividades Potencialmente Poluidoras e Utilizadoras de Recursos Naturais do IBAMA.

4.6.1.1.3. Caso a futura contratada possua registro no CTF diferente do solicitado neste relatório, ela deverá apresentar o Certificado de Regularidade com nexos relevantes com a descrição do produto ofertado.

4.6.1.1.4. Caso futura contratada não tenha obrigação de CTF, ela deverá apresentar sua declaração assinada pelo responsável legal, dizendo que a Lei nº 6.938/81 e a Instrução Normativa IBAMA nº 13/2021, desobrigam a inscrição da atividade constante do seu código CNAE.

4.6.1.2. Fornecimento de Ficha de Informações de Segurança de Produtos Químicos (FISPQ), conforme normas vigentes;

4.6.1.3. Atendimento às normas de transporte de produtos perigosos, conforme regulamentação da Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT) nº 5.998/2022;

4.6.1.4. Utilização de embalagens adequadas ao armazenamento de substâncias corrosivas, preferencialmente reutilizáveis ou recicláveis;

4.6.1.5. Adoção de práticas que minimizem impactos ambientais, incluindo destinação adequada de resíduos e, quando aplicável, logística reversa das embalagens.

5. Levantamento de Mercado

5.1. A utilização de eletrólitos de $\text{H}_2\text{SO}_4 + \text{H}_2\text{O}$ de tais densidades é a indicação de insumo especificada pelo fabricante para o processo de ativação dos elementos de bateria do tipo 31 DD 16. Desta forma, a aquisição deste tipo de insumo figura como a única opção para solução desta demanda.

5.2. Neste sentido, a escolha de tal produto se limitou ao atendimento das especificações apontadas pelo manual do equipamento, bem como a estimativa de quantidade suficiente para atender ao processo de ativação destes elementos.

6. Descrição da solução como um todo

6.1. O objeto deste processo é a aquisição eletrólitos ($\text{H}_2\text{SO}_4 + \text{H}_2\text{O}$) para serviço de ativação de baterias do Submarino Tupi, com densidades de 1,260 g/cm³ e 1,400 g/cm³.

6.2. Tal solução inclui somente o fornecimento do material.

7. Estimativa das Quantidades a serem Contratadas

7.1. Os equipamentos, materiais e seus respectivos quantitativos foram estimados a partir da demanda necessária para o processo de ativação de grupos 130 elementos de baterias do tipo 31 DD 16, para atendimento ao Submarino Tupi.

7.2. Para chegar a este valor, foram considerados 90 (noventa e cinco) litros de volume interno útil, ou seja, o volume disponível no invólucro do elemento descontados os volumes inerentes aos eletrodos de chumbo. Desta forma, ao se multiplicar 95 litros pelos 130 elementos, chega-se ao valor de 11.700 litros. No entanto, foi considerada uma perda estimada de cerca de 27%, decorrente do processo de enchimento dos elementos e das complementações necessárias para o ajuste da densidade ocorrido durante todo o processo de ativação. Desta forma, o quantitativo necessário, suficiente para o processo ficou definido em 16.250 litros. Tendo em vista que o fornecimento é feito em contêineres de 1.000 litros, foi estabelecida a quantidade total de 17.000 litros de eletrólito de densidade 1,260 g/cm³ e 1.000 litros de eletrólito de densidade 1,400 g/cm³, que será utilizado para ajuste de densidade.

8. Estimativa do Valor da Contratação

Valor (R\$): 174.470,00

8.1. Para estimativa de preços/preços referenciais, realizou-se pesquisa de preços buscando obedecer aos parâmetros estabelecidos pelas Instruções Normativas SEGES/ME nº 65/2021. A estimativa de preço da contratação foi obtida por meio da construção de uma planilha de composição de custos contemplando a formação de preços do item objeto da contratação, utilizando-se da pesquisa de mercado. Tal pesquisa se encontra em anexo específico deste processo.

8.2. Ademais, como é ressaltado no próprio documento de pesquisa de mercado, decidiu-se por utilizar a mediana para chegar ao preço estimado de contratação.

9. Justificativa para o Parcelamento ou não da Solução

9.1. O parcelamento da solução é a regra, devendo a licitação ser realizada por item sempre que o objeto for divisível, desde que se verifique não haver prejuízo para o conjunto da solução ou perda de economia de escala, visando propiciar a ampla participação de licitantes, que, embora não disponham de capacidade para execução da totalidade do objeto, possam fazê-lo com relação a itens ou unidades autônomas. O objeto é divisível, levando em consideração o mercado fornecedor, podendo ser parcelado caso a contratação nesses moldes assegure concomitantemente:

9.1.1. ser técnica e economicamente viável;

9.1.2. não haverá perda de economia em escala dividindo o objeto; e

9.1.3. melhor aproveitamento do mercado e ampliação da competitividade.

9.2. Nesta linha, observa-se que a aquisição em tela contempla a aquisição de 2 itens, que são complementares ($\text{H}_2\text{SO}_4 + \text{H}_2\text{O}$ com densidades de 1,260 g/cm³ e 1,400 g/cm³), para serviço de ativação de baterias do Submarino Tupi. Do ponto de vista técnico, mesmo sendo apresentados limites de impurezas, a adoção desses itens por mais de um fornecedor poderia apresentar especificações técnicas dissonantes, decorrentes de diferentes processos produtivos, o que poderia acarretar em resultados diferentes dos esperados nos procedimentos de ativação. Ademais, a adoção de mais de um fornecedor tornaria muito dificultoso para esta administração definir uma eventual responsabilidade em falhas no processo de ativação por conta do produto utilizado. Desta forma, por critérios técnicos e gerenciais, não se recomenda o parcelamento do objeto.

10. Contratações Correlatas e/ou Interdependentes

10.1. A aquisição em epígrafe não possui correlação ou interdependência com outras licitações em curso no Arsenal de Marinha do Rio de Janeiro.

11. Alinhamento entre a Contratação e o Planejamento

11.1. O serviço a ser contratado está alinhado plenamente ao Programa Geral de Manutenção (PROGEM), o qual está, em razão dos objetivos a serem alcançados a médio e a longo prazo, em sintonia com o Planejamento Estratégico da Marinha do Brasil.

11.2. Dentro desse contexto estratégico, o Arsenal de Marinha do Rio de Janeiro (AMRJ), enquanto estaleiro militar, é o responsável direto pela execução da manutenção preventiva e corretiva desses meios, dentro de sua esfera de competência.

12. Benefícios a serem alcançados com a contratação

12.1. O uso eletrólitos ($H_2SO_4+H_2O$) para serviço de ativação de baterias do Submarino Tupi advém da necessidade de uso pelo Arsenal de Marinha do Rio de Janeiro. Sob esse enfoque, a aquisição desses materiais visa manter a capacidade produtiva da Gerência de Reparo de Submarinos do Arsenal de Marinha do Rio de Janeiro, incorrendo necessidade de manutenção da operacionalidade de meios navais para a Marinha do Brasil e, por conseguinte, no atendimento de uma das atividades-fim do AMRJ.

12.2. Espera-se com esta nova contratação, no mínimo, os seguintes efeitos:

12.2.1. Otimização de custos administrativos de gerenciamento de todo o processo de contratação, tanto na gestão quanto na fiscalização de contratos; e

12.2.2. Atendimento a todos os preceitos legais vigentes.

12.2.3. Em relação ao custo-benefício, a eletrólitos ($H_2SO_4+H_2O$) para serviço de ativação de baterias do Submarino Tupi por meio de processo licitatório de sistema de registro de preços (SRP) permite que os materiais sejam adquiridos de acordo com o andamento do processo de ativação dos elementos de bateria, o que vai trazer a vantagem de se utilizar apenas os recursos para essa finalidade e promover também o uso efetivo de toda a aquisição.

13. Providências a serem Adotadas

13.1. O AMRJ já dispõe de toda a estrutura necessária para o correto armazenamento dos produtos que serão recebidos.

13.2. Cabe esclarecer que medidas de caráter administrativo serão implementadas para que a futura CONTRATADA tenha livre acesso às dependências do AMRJ, sempre em consonância com a Segurança Orgânica desta Organização Militar.

14. Possíveis Impactos Ambientais

14.1. Nos termos do Decreto 7.746/2012, a inserção de critérios e práticas de sustentabilidade em aquisições contratadas pela Administração Pública pode se dar da seguinte forma:

14.1.1. Alternativa 1 – pelas especificações técnicas detalhadas do objeto da licitação em si (características especiais dos bens; ou forma específica de aquisição dos produtos), ou, ainda;

14.1.2. Alternativa 2 – pela exigência de determinados requisitos de habilitação, sobretudo habilitação jurídica e qualificação técnica, tais como, registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão ambiental competente; registro ou inscrição na entidade profissional; presença de membros da equipe técnica com dada formação profissional; atendimento a requisitos previstos em leis especiais; e/ou

14.1.3. Alternativa 3 – pela imposição de obrigações à contratada (condições em que os bens são produzidos, embalados, distribuídos, transportados, armazenados e entregues).

14.2. Considerada a alternativa 1, na elaboração das especificações detalhadas do objeto a ser contratado foi consultado o Guia Nacional de Licitações Sustentáveis 2023, da AGU, por meio do qual estabeleceu requisitos de sustentabilidade para ofertas de produtos que reduzissem o impacto ambiental. Considerando a alternativa 2, não existem maiores necessidades de imposição de requisitos de habilitação ou de obrigações a serem acrescidas à contratada, além do já exigido. Em relação a alternativa 3, é requisitado atendimento às normas de transporte de produtos perigosos, conforme regulamentação da Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT) nº 5.998/2022, utilização de embalagens adequadas ao armazenamento de substâncias corrosivas, preferencialmente reutilizáveis ou recicláveis e adoção de práticas que minimizem impactos ambientais, incluindo destinação adequada de resíduos e, quando aplicável, logística reversa das embalagens.

14.3. Fornecer aos empregados os equipamentos de segurança necessários para a execução de serviços.

15. Declaração de Viabilidade


Esta equipe de planejamento declara **viável** esta contratação.

15.1. Justificativa da Viabilidade

Com base em todo o exposto, entende-se que a aquisição dos materiais em tela é oportuna e conveniente para a Administração, razão pela qual se declara viável.


16. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

Documento assinado digitalmente
 **FERNANDA COUTO SILVA**
Data: 25/05/2026 15:43:38-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>


FERNANDA COUTO SILVA

Equipe de apoio

Documento assinado digitalmente
 **IVAN CESAR NEVES DOS REIS**
Data: 27/05/2026 13:31:45-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

IVAN CESAR NEVES DOS REIS

Equipe de apoio

Documento assinado digitalmente
 **CESAR LUCENA DINUCCI**
Data: 01/06/2026 08:23:40-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

CESAR LUCENA DINUCCI

Autoridade competente

MARINHA DO BRASIL
ARSENAL DE MARINHA DO RIO DE JANEIRO
DEPARTAMENTO DA PRODUÇÃO

ANEXO D - TERMO DE JUSTIFICATIVAS TÉCNICAS RELEVANTES

1. INTRODUÇÃO

1.1. Em cumprimento às recomendações da AGU, expressa em seu modelo de Termo de Referência, conforme versão atualizada, apresenta-se como anexo esse documento no qual se especifica os chamados “pontos fundamentais” para a elaboração da minuta de Edital, bem como as respectivas justificativas técnicas, de forma a facilitar a atuação da equipe administrativa do órgão, pela harmonia de redação entre os instrumentos reguladores do certame e até mesmo a compreensão, pelos licitantes e órgãos de controle, acerca de decisões técnicas adotadas para a adequada satisfação do interesse público.

2. JUSTIFICATIVA E OBJETIVO DA CONTRATAÇÃO

2.1. O Arsenal de Marinha do Rio de Janeiro (AMRJ) é uma Organização Militar Prestadora de Serviços Industriais que atende as necessidades de reparo e construção de meios navais de toda a Marinha do Brasil (MB). Para manter a sua atividade-fim, o AMRJ necessita dispor de materiais, equipamentos e insumos necessários para a ativação de elementos de bateria do Submarino Tupi.

A aquisição em tela fornece parte do conjunto de materiais utilizados pelo AMRJ para realização dos serviços, incluindo a ativação dos elementos de bateria, visando o término do período de reparo do submarino Tupi e a entrega do mesmo ao setor operativo.

3. MODALIDADE E REGIME DE EXECUÇÃO

3.1. Modalidade: Pregão Eletrônico por se tratar de bem comum.

3.2. Regime de Fornecimento: Entrega Integral.

4. SUSTENTABILIDADE

4.1. A contratada deverá atender no que couber, os critérios de sustentabilidade ambiental previstos na Instrução Normativa SLTI/MPOG nº1, de 19/01/2010. Considerando o que

dispõe o artigo 7º, XI, da Lei nº 12.305/10, que estabelece a Política Nacional de Resíduos Sólidos e deverá observar os princípios do art. 5º e objetivos do art. 11, ambos da Lei nº 14.133/2021, sendo imperioso que os bens e serviços envolvidos nesta contratação considerem critérios compatíveis com padrões de consumo social e ambientalmente sustentáveis e legais contidos na Lei nº 14.133/2021. Todos os processos envolvidos na execução desses objetos sejam de extração, fabricação, utilização ou descarte de materiais e serviços devem estar revestidos da preocupação com a sustentabilidade ambiental e totalmente de acordo com as imposições normativas mais recentes editadas pelos órgãos de proteção ao meio ambiente.

4.2. As exigências estão previstas no Relatório Ambiental que foram transcritas para o Termo de Referência e Edital.

5. PARTICIPAÇÃO DE CONSÓRCIOS

Note-se que “...a aceitação de consórcios na disputa licitatória situa-se no âmbito do poder discricionário da administração contratante, conforme art. 15, caput, da Lei n. 14.133/2021, requerendo-se, porém, que sua opção seja sempre previamente justificada no respectivo processo administrativo, conforme entendimento dos Acórdãos de ns. 1.636/2006-P e 566/2006-P” - TCU Ac n. 2869/2012-Plenário (Item 1.7.1).

Art. 15. Salvo vedação devidamente justificada no processo licitatório, pessoa jurídica poderá participar de licitação em consórcio, observadas as seguintes normas:(Lei n. 14.133/2021).

Em todo caso, a Administração deverá fundamentar qualquer opção adotada, vez que “...a vedação de empresas em consórcio, sem que haja justificativa razoável...” pode ser considerada restrição à competitividade do certame (TCU, Ac n. 963/2011-2ª Câmara, Item 9.2.1).

Tal justificativa deve basear-se na análise individualizada do caso concreto, conforme orientações do TCU: “Deve-se analisar com a profundidade que cada empreendimento estará a requerer, por exemplo, o risco à competitividade, as dificuldades de gestão da obra, a capacitação técnica dos participantes, fatos estes que poderão gerar atraso nas obras como um todo, implicando em grandes prejuízos ao Erário. Outros aspectos deverão dimensionar a complexidade do empreendimento, os riscos de contratação de empresas sem qualificação para a assunção de encargos além de suas respectivas capacidades técnica, operacional ou econômico-financeira,

todos esses fatores que estarão a sopesar a decisão que deverá ser tomada pelo gestor.” (Acórdão nº 1.165/2012 – Plenário)

Ao final, de acordo com o Acórdão nº 2.898/2012 - Plenário, "deve ser admitida a formação de consórcio quanto o objeto a ser licitado envolver questões de alta complexidade e de relevante vulto, em que empresas, isoladamente, não tenham condições de suprir os requisitos de habilitação do edital, com vistas à ampliação da competitividade e à obtenção da proposta mais vantajosa, em atendimento ao art. 9º, inciso I, alínea a), da Lei n. 14.133/2021”

JUSTIFICATIVA: Na presente licitação, será **(X) VEDADA** ou () PERMITIDA a participação de consórcios. A motivação da vedação à participação de consórcio é pautada no fato do objeto em tela ser uma simples aquisição de material, sendo assim, não se vê como pertinente a autorização de participação de consórcios para esse certame, visto que o objeto a ser licitado não envolve questões de alta complexidade e de relevante vulto, e empresas, isoladamente, podem ter condições de suprir os requisitos de habilitação para a presente licitação, o que amplia a competitividade e promove à obtenção da proposta mais vantajosa.

6. PARTICIPAÇÃO DE COOPERATIVAS

Cabe destacar que “...a aceitação de cooperativas na disputa licitatória situa-se no âmbito do poder discricionário da administração contratante, conforme art. 16, caput, da Lei n. 14.133/2021, requerendo-se, porém, que sua opção seja sempre previamente analisada com cautela, averiguando as características do serviço que pretende contratar, especialmente quanto às diversas obrigações dos trabalhadores que executarão os serviços, para verificar se, no caso concreto, as tarefas seriam passíveis de execução com autonomia pelos cooperados, sem relação de subordinação, seja entre a cooperativa e os cooperados, seja entre estes e a Administração – conforme a diretriz do artigo 10 da Instrução Normativa SEGES/MP nº 5, de 2017.

Segundo a Súmula 281 do TCU: É vedada a participação de cooperativas em licitação quando, pela natureza do serviço ou pelo modo como é usualmente executado no mercado em geral, houver necessidade de subordinação jurídica entre o obreiro e o contratado, bem como de pessoalidade e habitualidade.

De igual modo, o Parecer n. 096/2015/DECOR/CGU/AGU (00407.004648/2014-96, Seq. 14) tem a seguinte ementa:

DIREITO ADMINISTRATIVO E DIREITO DO TRABALHO. DIVERGÊNCIA CARACTERIZADA ENTRE A PROCURADORIA-GERAL FEDERAL E A PROCURADORIA-GERAL DA UNIÃO – RESTA

INCÓLUME O TERMO DE CONCILIAÇÃO JUDICIAL FIRMADO ENTRE O MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO E A UNIÃO, QUE TRATA DA VEDAÇÃO DA CONTRATAÇÃO DE COOPERATIVAS DE TRABALHO PARA EXECUÇÃO DE DETERMINADOS SERVIÇOS TERCEIRIZADOS, MESMO DIANTE DA SUPERVENIÊNCIA DAS LEIS Nº 12.690, DE 2012, E Nº 12.349, DE 2010 – SERVIÇOS OBJETO DO TERMO QUE, POR SUA NATUREZA, CARACTERIZAM-SE PELA EXECUÇÃO MEDIANTE VÍNCULO EMPREGATÍCIO, COM SUBORDINAÇÃO, PESSOALIDADE, ONEROSIDADE E HABITUALIDADE.

I – As Cooperativas de Trabalho, na forma da Lei nº 12.690, de 2012, são sociedades constituídas para o exercício de atividades laborais em proveito comum, com autonomia coletiva e coordenada, mediante autogestão e adesão voluntária e livre.

II - Os serviços abrangidos pelo termo de conciliação judicial firmado entre a União e o Ministério Público do Trabalho se caracterizam pela pessoalidade, subordinação e não eventualidade.

III – Vedação à participação de cooperativas nos certames afetos a aludidos serviços que não ofende às Leis nº 12.690, de 2012, e nº 12.349, de 2010, uma vez que são admitidas apenas, e obviamente, a participação de verdadeiras cooperativas nas licitações, proibindo-se expressamente a utilização de cooperativa para fins de intermediação de mão de obra subordinada.

IV – Proscrição que se volta para proteger os valores sociais do trabalho e prevenir a responsabilização da União por encargos trabalhistas.

Consequentemente, antes de se admitir a participação de cooperativas em uma licitação de obras e serviços de engenharia, é necessário averiguar se há "...necessidade de subordinação jurídica entre o obreiro e o contratado, bem como de pessoalidade e de habitualidade..." na execução do contrato que será celebrado. Portanto, demandando a existência de relação de emprego dos trabalhadores vinculados à execução do ajuste, não será possível a participação de cooperativas no certame. E geralmente consta a previsão de utilização de diversos profissionais que, "...pelo modo como é usualmente executado no mercado em geral...", implica em subordinação jurídica da empresa contratada e dos respectivos trabalhadores.

Ademais, a participação de cooperativas só deve ser permitida quando a gestão operacional do serviço puder ser executada de forma compartilhada ou em rodízio, pelos próprios cooperados – e os serviços contratados também deverão ser executados obrigatoriamente pelos cooperados, vedada qualquer intermediação ou subcontratação.

Em caso positivo, a participação de cooperativas será permitida. Do contrário, deve ser vedada a participação de cooperativas no certame.

JUSTIFICATIVA: Na presente licitação, será **(X) VEDADA** ou () PERMITIDA a participação de cooperativas. O motivo que embasa a vedação à participação de cooperativas é norteado pelo fato do objeto da licitação ser uma aquisição de material, sendo assim, não se vê como pertinente a autorização de participação de cooperativas para esse processo, pois o objeto a ser licitado deverá ser entregue ao setor requisitante pela empresa a ser contratada, por isso, não há possibilidade da entrega do objeto serem realizadas de forma autônoma por cooperado. O que também acarreta

na necessidade de haver subordinação entre empresa contratada e funcionário que entregar o objeto da licitação. Vedação fundamentada na Instrução Normativa SEGES/MP nº 5, de 2017 e Súmula 281 do TCU.

7. ENQUADRAMENTO LEGAL PARA APLICAÇÃO DO PROCEDIMENTO AUXILIAR DE SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS

Transcreve-se, oportunamente, o artigo 3º do Decreto nº 11.462/2023:

Art. 3º O SRP poderá ser adotado quando a Administração julgar pertinente, em especial:

I - quando, pelas características do objeto, houver necessidade de contratações permanentes ou frequentes;

II - quando for conveniente a aquisição de bens com previsão de entregas parceladas ou contratação de serviços remunerados por unidade de medida, como quantidade de horas de serviço, postos de trabalho ou em regime de tarefa;

III - quando for conveniente para atendimento a mais de um órgão ou a mais de uma entidade, inclusive nas compras centralizadas;

IV - quando for atender a execução descentralizada de programa ou projeto federal, por meio de compra nacional ou da adesão de que trata o § 2º do art. 32; ou

V - quando, pela natureza do objeto, não for possível definir previamente o quantitativo a ser demandado pela Administração.

Parágrafo único. O SRP poderá ser utilizado para a contratação de execução de obras e serviços de engenharia, desde que atendidos os seguintes requisitos:

I - existência de termo de referência, anteprojeto, projeto básico ou projeto executivo padronizados, sem complexidade técnica e operacional; e

II - necessidade permanente ou frequente de obra ou serviço a ser contratado.

Baseado no exposto pelo decreto, observa-se que há previsão de produção recorrente a reparo de submarinos no Arsenal de Marinha do Rio de Janeiro, que necessitarão dos materiais descritos neste objeto de licitação para serem confeccionadas. Destarte, evidencia-se um enquadramento no inciso I do Art. 3º do decreto nº 11.462/2023.

Destarte, reputa-se como oportuno, conveniente e legal a utilização do procedimento auxiliar de Sistema de Registro de Preços nesse processo licitatório.

8. JUSTIFICATIVA PARA AGRUPAMENTOS DOS ITENS


Os itens foram agrupados em lote único por apresentarem identidade de natureza, finalidade e requisitos de qualidade, diferenciando-se apenas pela densidade da solução. Ambos consistem em ácido sulfúrico diluído destinado à mesma aplicação, devendo atender estritamente aos mesmos limites máximos de impurezas definidos pela norma internacional aplicável a eletrólitos para baterias IEC 62877-1:2023. O agrupamento não restringe a competitividade, visto que os fornecedores desse segmento comercializam rotineiramente o insumo em ambas as densidades, permitindo, ademais, ganhos logísticos, operacionais e econômicos decorrentes da contratação conjunta.

Adicionalmente, observa-se que a quantidade demandada de ácido sulfúrico com densidade de 1,40 g/cm³ corresponde a apenas 1.000 litros — volume significativamente inferior aos 17.000 litros do item principal. A licitação isolada dessa pequena parcela poderia reduzir o interesse comercial do mercado, resultando em certame deserto/fracassado ou em preços excessivos devido à perda de escala. Portanto, o agrupamento em lote único amplia a atratividade econômica do certame, fomenta a ampla competitividade e assegura a obtenção da proposta mais vantajosa e econômica para a Administração Pública.

9. INDICAÇÃO DE MARCAS PARA OS ITENS 1 E 2 DO TERMO DE REFERÊNCIA

Não haverá indicação de marcas.

Rio de Janeiro, RJ, na data da assinatura eletrônica.

Documento assinado digitalmente
 **FERNANDA COUTO SILVA**
Data: 02/06/2026 16:13:34-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

FERNANDA COUTO SILVA
Capitão-Tenente (RM2-EN)
Encarregada da Seção de Suporte aos Contratos (AMRJ-24B2)

TERMO DE REFERÊNCIA
- APÊNDICE C -
Planilha de Cotação

MARINHA DO BRASIL
ARSENAL DE MARINHA DO RIO DE JANEIRO
DEPARTAMENTO DA PRODUÇÃO (AMRJ-24)

PLANILHA DE COTAÇÃO

Aquisição de eletrólitos (H2SO4+H2O) para serviço de ativação de baterias do Submarino Tupi						
Item	DESCRIÇÃO DO MATERIAL	UF	CATMAT	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1	Solução de ácido sulfúrico diluído em água desmineralizada (H ₂ SO ₄ +H ₂ O) armazenada em containeres IBC (capacidade do IBC de 1000 litros) densidade 1,260 g/cm³ a 30°C.	L	347289	17000		
2	Solução de ácido sulfúrico diluído em água desmineralizada (H ₂ SO ₄ +H ₂ O) armazenada em containeres IBC (capacidade do IBC de 1000 litros) densidade 1,400 g/cm³ a 30°C.	L	347289	1000		
TOTAL						

TERMO DE REFERÊNCIA
- APÊNDICE D -
Planilha de Formação de Preços

MARINHA DO BRASIL
ARSENAL DE MARINHA DO RIO DE JANEIRO
DEPARTAMENTO DA PRODUÇÃO (AMRJ-24)

PLANILHA DE FORMAÇÃO DE PREÇOS

Aquisição de eletrólitos (H2SO4+H2O) para serviço de ativação de baterias do Submarino Tupi						
Item	DESCRIÇÃO DO MATERIAL	UF	CATMAT	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1	Solução de ácido sulfúrico diluído em água desmineralizada (H ₂ SO ₄ +H ₂ O) armazenada em containeres IBC (capacidade do IBC de 1000 litros) densidade 1,260 g/cm³ a 30°C.	L	347289	17000	R\$ 9,63	R\$ 163.710,00
2	Solução de ácido sulfúrico diluído em água desmineralizada (H ₂ SO ₄ +H ₂ O) armazenada em containeres IBC (capacidade do IBC de 1000 litros) densidade 1,400 g/cm³ a 30°C.	L	347289	1000	R\$ 10,76	R\$ 10.760,00
TOTAL						R\$ 174.470,00